



O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO: POSSIBILIDADES PARA FAVORECER O DESENVOLVIMENTO ACADÊMICO DO ESTUDANTE COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Cristina Angélica Aquino de Carvalho Mascaro: Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC)

Annie Gomes Redig: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Eixo temático 8: Deficiência Intelectual

Categoria: Comunicação oral

Resumo: A presente pesquisa tem como objetivo analisar a implementação do Plano Educacional Individualizado (PEI) como uma estratégia pedagógica no Atendimento Educacional Especializado para alunos com deficiência intelectual. Desta forma, o estudo utilizou a metodologia do estudo de caso e os pressupostos da pesquisa-ação para o desenvolvimento de um trabalho com uma aluna com deficiência intelectual matriculada em uma escola da rede pública do Estado do Rio de Janeiro, durante os anos de 2014 e 2015. Este artigo é um recorte de uma pesquisa de doutoramento, portanto, enfatizaremos nos aspectos do aprendizado da leitura e escrita. Sendo assim, observamos que a utilização do PEI foi fundamental para o desenvolvimento acadêmico da aluna e no processo de construção do conhecimento.

Palavras-chave: Plano Educacional Individualizado. Deficiência Intelectual. Atendimento Educacional Especializado.

Introdução

Nos últimos vinte anos os conceitos de inclusão e de educação inclusiva têm adquirido relevância, tendo como fortalecedores os princípios e orientações oriundos das declarações oficiais de diversos organismos internacionais, apontando para a necessidade de significativas mudanças na estrutura de organização e funcionamento de nossas escolas. Destacamos como marcos deste processo a Conferência Mundial sobre Educação para Todos (BRASIL, 1990) e a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso e qualidade (UNESCO, 1994).



No cenário nacional destacamos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Nº 9394 (BRASIL, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) e a Lei Brasileira de Inclusão – Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015); estes e outros documentos como decretos e notas técnicas pontuam a escola como uma instituição social a qual todos têm direito.

Encontramo-nos atualmente em um processo de construção de uma escola nos ideais inclusivos, na qual temos que garantir que todas as pessoas – crianças, jovens e adultos – tenham oportunidades educacionais. Para isso se faz necessário promover ações que permitam estabelecer a equidade no ambiente da escola, e esta é uma das preocupações fundamentais pontuadas nas conferências e documentos que objetivam a implementação da escola para todos. Neste contexto, a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) tendo como objetivo de fomentar a efetivação de comunidades acolhedoras e promover o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva, ressalta que é na escola de ensino comum que todas as crianças e jovens devem ser educadas, independentemente das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outra. Sendo assim, urge a necessidade da criação de escolas que adotem uma pedagogia centrada no estudante, tornando-se assim imprescindível o planejamento e a realização de novos processos de formação inicial e continuada de professores que possibilitem o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas.

O presente trabalho tem como foco a busca por ações que permitam o favorecimento de tais práticas por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para estudantes com deficiência intelectual. Este alunado por conta de características intrínsecas ao seu desenvolvimento apresentam necessidades educacionais especiais (NEE) no cotidiano da escola comum. De acordo com Glat e Blanco (2009), encontram-se na condição de NEE aqueles que apresentam demandas específicas para aprender o que é esperado para o seu grupo referência (idade/ano escolar), necessitando de formas diferenciadas



de interação pedagógica por meio de: recursos didáticos, materiais, metodologias e currículos adaptados, bem como tempos diferenciados, durante todo ou parte do seu percurso escolar.

Neste trabalho apresentamos os resultados de uma pesquisa voltada para aplicação de uma estratégia pedagógica denominada Plano Educacional Individualizado (PEI), com objetivo de favorecer o desenvolvimento acadêmico e inclusão escolar do estudante com deficiência intelectual matriculado na escola comum.

Objetivos

O estudo aqui apresentado refere-se aos resultados de uma tese de doutorado submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UERJ¹ sobre o Plano Educacional Individualizado (PEI). A pesquisa teve como objetivo geral construir o protocolo para a aplicação de um modelo de PEI para ser desenvolvido na sala de recursos com estudantes com deficiência intelectual, matriculados em turmas do ensino comum. Apresentamos o recorte referente à aplicação do PEI para o favorecimento do desenvolvimento das habilidades acadêmicas relacionadas às habilidades de leitura e escrita de uma estudante com deficiência intelectual.

Metodologia

Tendo em vista que a proposta do estudo seria no cotidiano das ações pedagógicas em uma escola, optamos por realizar uma pesquisa de cunho qualitativo, realizamos um estudo de caso com o aporte teórico da pesquisa-ação (CHIZZOTTI, 2016; PIMENTA, 2006). Coadunamos com Carvalho (2012), que alerta que a introdução de pesquisas no âmbito das escolas pelo viés do estudo de caso é uma necessidade que se impõe, visto que a inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais encontra-se em

¹ Processo nº 34427614.8.0000.5282



andamento por todo o Brasil. Tal fato ocasiona a necessidade de conhecer dificuldades nesse processo, assim como as experiências que têm sido realizadas para enfrentá-las.

A opção por realizar o estudo de caso pelo viés da pesquisa-ação foi em consonância com a proposição de Braun (2014), ao apontá-la como uma metodologia que comporta na sua dinâmica ações de planejamento e revisão de práticas. A literatura nacional aponta diversas pesquisas pautadas nesta abordagem metodológica que objetivavam intervir em situações do cotidiano escolar para favorecer o processo de inclusão e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais. Entre esses, podemos citar Capellini (2004); Glat; Pletsch (2011); Mascaro (2012); Menezes (2012), Lopes e Marquezine (2012); Redig, (2014).

O estudo teve duração de dois anos letivos, no qual uma estudante com deficiência intelectual de 11 anos, matriculada no ano de 2014 na primeira série e em 2015 na segunda série do Ensino Fundamental de uma escola do estado do Rio de Janeiro. A pesquisa aconteceu em uma sala de recursos, na qual a estudante era atendida por uma professora de Educação Especial, três vezes por semana, por aproximadamente uma hora após seu turno de escolarização pela manhã.

Cada etapa da pesquisa demandou fontes diferentes de coleta de dados, pois segundo Thiollent (2011) a metodologia selecionada influencia diretamente na seleção de cada técnica que o pesquisador utilizará para responder o seu problema. Após a delimitação do problema e investigação da literatura sobre o tema, foram utilizadas no estudo técnicas de: análise documental, observação, entrevistas semiestruturadas, registro de notas e diários de campo.

O modelo do PEI foi elaborado em um dos objetivos da tese e pautou-se na aplicação de um inventário de habilidades, elaborado com base em Pletsch (2009), para planejar as atividades individualizadas necessárias para a demanda da estudante com deficiência intelectual. Sendo assim o

planejamento do PEI para a área da leitura e da escrita, foco do trabalho aqui apresentado, foi construído conforme as demandas apresentadas pela estudante na aplicação do primeiro inventário. Ao longo dos dois anos do estudo, o inventário foi reaplicado a cada etapa do calendário escolar, que era dividido em três etapas. Sendo assim, o inventário foi aplicado quatro vezes, durante o estudo, a primeira avaliação inicial da estudante para o planejamento do PEI na área específica, e posteriormente ao final de cada etapa escolar.

Resultados

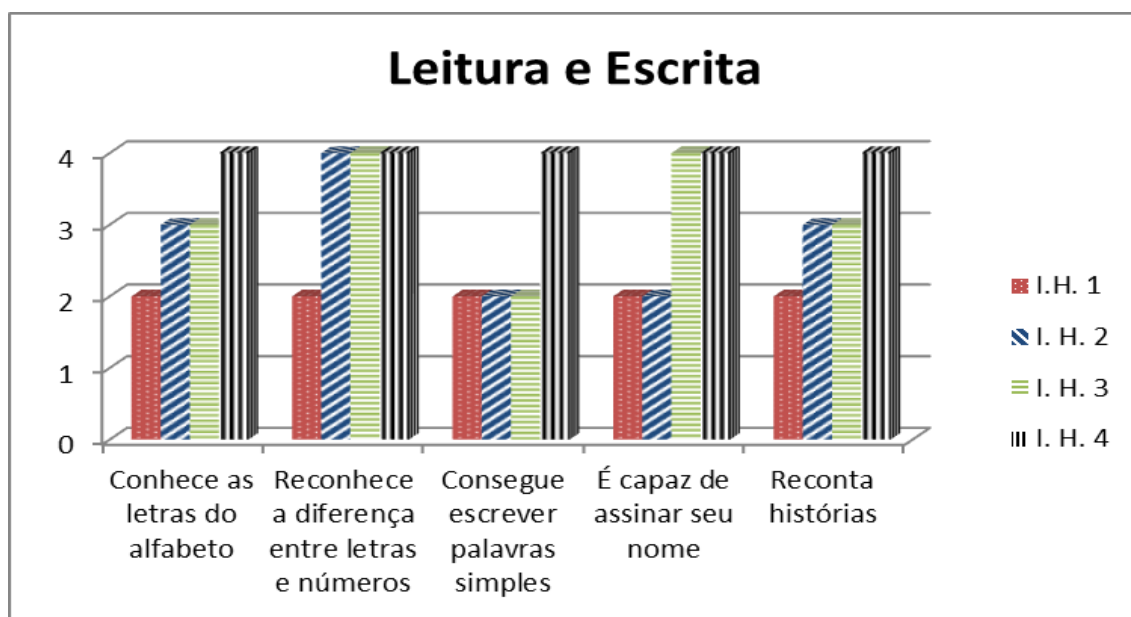


Gráfico 1- Gráfico Leitura e Escrita
(MASCARO, 2017)

A análise dos dados do Gráfico 1, permite observar que a estudante aumentou seu repertório de habilidades consideradas prioritárias à construção do processo de leitura e escrita durante o percurso de aplicação do PEI. Consideramos o resultado possível devido a individualização, tanto dos objetivos, quanto das atividades, que eram planejadas tendo por base a



avaliação continuada do desenvolvimento do seu desempenho nas tarefas durante a pesquisa.

Ao final dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os estudantes devem estar aptos para leitura, escrita e operações básicas de matemática. No entanto, a aluna participante desta pesquisa ainda não havia alcançado o processo de alfabetização, conforme seus colegas de turma. No ano anterior à pesquisa, ela havia cursado o primeiro ano de escolarização, durante o qual a maioria dos estudantes são alfabetizados, porém não alcançou os objetivos desta etapa. No entanto, foi promovida para o segundo ano, e o fato de ainda não estar alfabetizada representava um grande entrave no seu processo de inclusão no grupo em que estava enturmada. Assim, este objetivo foi considerado prioritário no PEI, inserido a partir de metas que oportunizassem a experiência de aprendizado de conceitos que subsidiariam seu desenvolvimento na área de leitura e escrita.

Entendemos que o prosseguimento nos anos de escolaridade seguintes, sem o domínio dessas habilidades se traduziriam em um entrave para a progressão adequada da estudante. Este foi um dos motivos pela busca por uma proposta de ensino individualizada que lhe permitisse avançar nessa competência acadêmica. Dessa forma, a proposta diferenciada no atendimento educacional especializado através da aplicação do PEI, teve por finalidade, favorecer processo de aprendizagem e inclusão escolar da estudante.

É importante destacar que durante o período em que ela estava na turma, no segundo ano de escolaridade, a professora não teria como realizar atividades específicas, consideradas pré-requisitos para que a aluna avançasse no seu processo de aquisição de leitura e escrita, uma vez que estas não constam como objetivos deste ano de escolaridade. Como exemplos de objetivos que foram trabalhados na forma de atividades na sala de recursos, podemos citar: diferenciar letras e números, conhecer as letras do alfabeto e escrever o próprio nome. Os resultados, na figura 1, referem-se ao trabalho realizado na área da Leitura e Escrita, baseado nos quatro inventários dos



cinco itens do mesmo, mais trabalhados durante os atendimentos com a estudante ao longo do estudo.

Destacamos, aqui, que através do trabalho pedagógico com metas de curto prazo como o conhecimento das letras do seu nome, a aluna passou a generalizar o conceito, reconhecendo as letras em outras palavras. Isto revelou o quanto foi importante estabelecer objetivos em consonância com o seu contexto individual, pois assim, a aprendizagem ganhou sentido, através de um processo de construção e não apenas de acumulação e memorização de conceitos aleatórios.


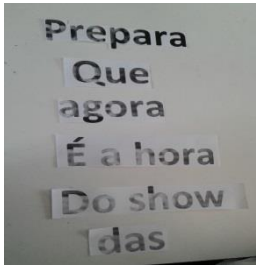
Considerando que a alfabetização é uma habilidade extremamente importante em uma sociedade cuja dinâmica social é baseada na leitura e escrita, processos pedagógicos eficazes para alunos com deficiência intelectual tornam-se imprescindíveis para lhes proporcionar maior autonomia e inclusão social. Neste sentido, independente do método utilizado, deve ser privilegiado o atendimento às necessidades específicas que o sujeito apresenta. Dessa forma, o aprendizado dos conceitos no PEI pode ser vinculado à vivência global do indivíduo e não apenas a aquisição de conteúdos didáticos.

De acordo com Vigotski (1994), a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento do sujeito. No caso da aluna com deficiência intelectual participante deste estudo foi fundamental trabalhar conceitos acadêmicos com elementos presentes no seu dia a dia, o que tornou significativa a ação pedagógica. Não resta dúvida de que trazer a vivência da aluna para o cotidiano das atividades facilitava a aproximação da aluna ao conteúdo proposto.

Como ilustração, a aluna sempre mostrou muito interesse pela cantora Anitta. Assim, trabalhamos com suas músicas o que favoreceu positivamente sua participação nas atividades de leitura e escrita, conforme exemplo no quadro a seguir.

Quadro 1 Diário de Atividade – Leitura e Escrita



Diário de Atividade – PEI - Ano: 2014	
Aluna: Juliana	
Data: 26/11/2014 Horário: 12h às 13h	
Objetivo: <ul style="list-style-type: none">✓ Reconhecer as letras do seu nome.✓ Trabalhar a noção de palavra e de sílaba.✓ Trabalhar a consciência fonológica.	
Atividade: <ul style="list-style-type: none">✓ Perceber a sequência das palavras na música;✓ Identificar as palavras que estão faltando;✓ Identificar as letras do seu nome no refrão da música	
Desenvolvimento: <ul style="list-style-type: none">✓ A aluna deverá dançar e cantar a música do seu gosto. A proposta da atividade é identificar as palavras que faltam no refrão da música e as letras do seu nome na música impressa.	
Avaliação: <ul style="list-style-type: none">✓ Com ajuda conseguiu perceber as palavras que faltavam no refrão impresso. Conseguiu identificar as letras do seu nome no contexto da música.	
Recursos: <ul style="list-style-type: none">✓ Folha de A3, hidrocor, aparelho de som e <i>pen-drive</i>	
Fotos: 	

Fonte: Mascaro,2017.

Na atividade do quadro 1, a professora utilizou uma música da cantora de preferência da aluna, como dito acima, para atrair seu interesse e despertar a motivação pelo aprendizado das letras e sílabas. Em outros registros da professora é possível identificar como uma proposta partida do interesse da aluna pode gerar um bom aproveitamento da atividade.

Observando que toda sexta feira a aluna vem dizendo não as atividades propostas. Consegui motivá-la mostrando o cavalete onde a aluna gostava de desenhar. Mostrei que podíamos usá-lo com as



letras também. Adorou a ideia de desenhar no quadro e eu adivinhar o que ela havia desenhado. Ficou super empolgada com a proposta de criação da história onde eu escrevia o que ela ia falando no blocão pendurado no cavalete, assim ela tinha a visualização da escrita das palavras oralizadas. (Diário de campo da professora– 03/10/2014)

Esses dados nos revelam o quanto o protocolo para aplicação do PEI, elaborado neste estudo, permitiu o conhecimento de interesses da aluna. A partir da avaliação contínua desta proposta, foi possível o desenvolvimento de atividades bem próximas às suas preferências. Certamente, esse tipo de prática pedagógica individualizada influenciou nos resultados positivos que a mesma demonstrou durante o estudo.

Ainda em relação às atividades de leitura e escrita, destacamos o uso de tecnologias assistivas diferenciadas, como o leitor de tela denominado Dosvox, usado por pessoas cegas para ler no computador. O Dosvox permitiu que a aluna ao digitar, pudesse ouvir os sons das letras do seu nome, tornando a atividade mais atrativa e, conseqüentemente, mais produtiva.

Quadro 02: Diário de atividade - Leitura e Escrita com Dosvox

Diário de Atividade – PEI - Ano:2015
Aluna: Juliana
Data: 14/03/2015 Horário: 12hàs 13h
Objetivo: Escrever seu nome e palavras simples; Ouvir história com atenção; Recontar a história com suporte do livro.
Atividade: Leitura da história, solicitar escrita do nome e de algumas palavras da história no computador. Recontagem da história
Desenvolvimento: Leitura para aluna da história “Quem tem medo do ridículo?” Depois, utilizando o Dosvox no computador, solicitar a escrita do nome próprio e palavras simples. Após esse momento, entregar o livro de história para a aluna e pedir que ela reconte.
Avaliação: A aluna mostrou interesse em utilizar a tecnologia Assistiva, o Dosvox, achando curioso, conforme digitava as letras uma voz reproduzia o som da letra. Mas a aluna não conseguiu digitar as letras de forma que formasse palavras, somente o seu nome Juliana. Durante a leitura do livro de história, a aluna identificou no texto a letra "A" e "P". Foi necessário o apoio da professora verbalizando as letras e aluna procurava as letras no teclado do computador, também com apoio da professora e formava palavras como: casa, bala, bola e sapo. Algumas letras conseguia achar como “A”, “O”, “B” e o “P”, pois as letras no teclado do computador não se encontram na ordem alfabética.
Recursos: Computador com Dosvox e livro de história.



CBEE
VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL 2018

Foto:



Fonte: Mascaro, 2017.

Cabe pontuar que os alunos com deficiência intelectual, por suas características intrínsecas, necessitam de diferentes suportes para avançar no processo de aprendizagem. Em outras palavras, eles requerem uma intervenção direcionada para que consigam ter sucesso acadêmico. O ensino da leitura e da escrita neste estudo seguiu o fio condutor de buscar diferentes possibilidades para que nossa prática pedagógica despertasse o interesse da aluna e assim proporcionasse um melhor aproveitamento com as atividades propostas. O objetivo foi promover o acesso na área da alfabetização de forma que a intervenção não estivesse condicionada a um método específico, nem a processos de codificação e decodificação de símbolos. A ideia foi selecionar atividades, embasadas em metodologias ativas, para promover a apropriação da aluna nesta habilidade tão valorizada na nossa cultura letrada, ou seja, a leitura e escrita.

Conclusões

As políticas educacionais vigentes preconizam que a escolarização de alunos com deficiência ou outras condições atípicas de desenvolvimento aconteça no ensino comum. Entretanto, para que esses alunos tenham êxito acadêmico suas necessidades específicas precisam ser atendidas. Alguns estudos revelam que alunos com deficiência intelectual não apresentam um bom desempenho acadêmico – de acordo com o currículo escolar formal –



nem em classes comuns, nem em turmas especiais e escolas especiais (REDIG, 2010; GLAT et al., 2012; PLETSCHE, 2014, entre outros).

Considerando que a inclusão escolar está sendo implementada, de forma gradativa, no cotidiano das escolas de ensino comum, este estudo teve como foco o estudante com deficiência intelectual que necessita de intervenções efetivas para que aprendam e se desenvolvam neste contexto. Cabe ressaltar que a proposta de apoio para esses estudantes, e para outros considerados como público alvo da Educação Especial, preconizada pelo Ministério da Educação, é o atendimento, em sala de recursos, por um professor especialista no turno inverso ao da escolarização.

Este trabalho voltou-se para a análise de uma proposta diferenciada para trabalho a ser realizado na sala de recursos, através de uma proposta de protocolo com base no PEI para atuação dos docentes da Educação Especial neste espaço. Até então este profissional tinha a responsabilidade de dar atendimento direto ao aluno considerado seu público alvo, sem o compromisso em realizar um trabalho pedagógico de suporte para que esse aluno tenha um bom desempenho em seu processo de escolarização nas turmas do ensino comum.

A partir da participação em estudos com atividades diretas com esse alunado, o professor pode perceber as potencialidades dos alunos e a partir disto envidar maiores esforços para reformulação de sua prática. Por isso, nossa opção por um processo de formação continuada com base na demanda apresentada no cotidiano de uma sala de recursos para o atendimento ao aluno com deficiência intelectual.

A legislação preconiza inúmeras atribuições para o professor que atua na sala de recursos, porém a formação continuada que vem sendo oferecida pelo MEC, na maioria dos casos é precária e descontextualizada da realidade social e das dinâmicas vivenciadas por professores e estudantes. Pode-se perceber a ocorrência de uma preocupação maior com o quantitativo de



docentes atendidos nos projetos de formação do que com a qualidade das propostas oferecidas (PLETSCH, 2012; GARCIA, 2013).

Segundo Beyer (2010), mesmo que os docentes tenham as melhores intenções e esforços pedagógicos, não conseguirão responder às demandas específicas de alguns alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, que somente uma pedagogia diferenciada poderá dar conta. Para tal, é necessária uma pedagogia que permita equidade de ações no contexto escolar para que todos usufruam o direito à educação e à construção de conhecimentos, independentemente de suas especificidades.

Esta tarefa, no caso dos alunos com deficiência intelectual, se constitui um grande desafio por apresentarem características do seu desenvolvimento cognitivo que dificultam a aprendizagem de conteúdos acadêmicos, requerendo um olhar diferenciado dos professores, que nem sempre foram preparados para tal em sua formação.

O estudo de caso aqui desenvolvido, voltado para um modelo de aplicação do PEI, traduziu-se em uma estratégia para atender as especificidades destes alunos. A proposta embasada em atividades personalizadas para demanda de um aluno, foi de encontro, ao que o modelo de funcionamento humano proposto pela AAIDD (2012) ao preconizar que o sujeito terá melhor condições de desenvolvimento conforme os apoios que receber em diferentes áreas de sua vida. No caso do processo de escolarização, o trabalho com o PEI proporciona o planejamento de apoios conforme as necessidades do aluno com deficiência intelectual.

O protocolo estruturado para aplicação do PEI demonstrou a importância da avaliação para o trabalho pedagógico efetivo com os alunos. O percurso para sua aplicação demandou o olhar avaliativo em todas as etapas, tendo como base o registro reflexivo da professora sobre a avaliação em cada etapa. O planejamento de atividades adequadas e personalizadas foi relevante na proposta, sendo que a avaliação em uma perspectiva mediadora possibilitou os avanços da professora com a aluna. O trabalho realizado possibilitava avaliar



tanto os progressos da aluna, quanto se a proposta pedagógica estava adequada ao que era programado para ser ensinado. A partir da reflexão avaliativa sobre o trabalho desenvolvido no cotidiano com o PEI, tornava-se possível a realização de mudanças para atingir os objetivos.

O planejamento por si só não define se a estratégia será adequada para atingir os objetivos propostos; é importante considerar todo o processo e reavaliar constantemente. Essa premissa é básica para um bom desempenho do trabalho pedagógico, não só com alunos com deficiência, mas com todo e qualquer aluno, uma vez que sabemos que o processo de aquisição do conhecimento não segue um caminho único, um processo linear, para todos os sujeitos.

A avaliação é um instrumento de grande relevância no trabalho professor, pois tem a função de proporcionar esclarecimentos sobre o que o aluno aprendeu ou não, podendo assim refletir sobre a metodologia utilizada para ensinar, melhorando sua prática e a aprendizagem do aluno. Temos que considerar que quando o aluno não aprende, pode ser que, os recursos e estratégias que não foram adequados para a forma como ele se apropria e constrói conceitos. Por isso, é tão importante a avaliação processual em todas as etapas relacionadas ao ensino, permitindo o desenvolvimento de práticas pedagógicas adequadas às necessidades de aprendizado do aluno.

Destacamos no trabalho realizado que a seleção de intervenções adequadas resultou em atividades pedagógicas mais assertivas em relação a maneira como a aluna do estudo aprendia. A aplicação do PEI permitiu um conhecimento de alguns aspectos da dinâmica do cotidiano da aluna tanto na escola, quanto na família, a partir dos dados da entrevista que foi realizada para elaboração do PEI.



Referências

AMERICAN ASSOCIATION ON INTELLECTUAL AND DEVELOPMENTAL DISABILITIES. *User's Guide to accompany the 11th edition of Intellectual Disability: Definition, Classification, and Systems of Supports*. AAIDD, 2012.

BEYER, Hugo Otto. *Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais*. Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL. *Declaração Mundial sobre Educação para Todos de Jomtien*. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/legislação>. Acesso em: 10 out 2014.

BRASIL. Lei Federal nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, v.134, nº248, 22 de dez. de 1996.

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília: MEC/SEESP, 2008a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em realizado em 20 nov. 2016.

BRASIL. *Lei nº 13.146 de 06 de julho de 2015*. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência. Brasília. 2015.

BRAUN, Patrícia. A pesquisa-Ação: Aspectos conceituais, Aplicação e Implicações em Investigações sobre Educação Especial. In: NUNES, Leila Regina dOliveira de Paula (Org). *Novas trilhas no modo de fazer pesquisa em Educação Especial*. São Carlos: Marquezine & Manzini: ABPEE, 2014. p. 89-103.

CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho. *Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental*. 2004. 300f. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

CARVALHO, Rosita Edler. *Escola inclusiva: a reorganização do trabalho pedagógico*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, v. 18, n. 52, p. 101-119, 2013.



GLAT, Rosana; BLANCO, Leila. Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva. In: GLAT, Rosana (Org). *Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. *Inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

GLAT, Rosana; VIANNA, Márcia Marin; REDIG, Annie Gomes. Plano Educacional Individualizado: uma estratégia a ser construída no processo de formação docente. *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, p. 79-100, v. 34, n. 12. 2012.

LOPES, Esther; MARQUEZINE, Maria Cristina. Sala de recursos no processo de inclusão do aluno com deficiência intelectual na percepção dos professores. In: *Revista Brasileira de Educação Especial*. v. 18, n3, p. 487-506, Jul.-set. de 2012.

MASCARO, Cristina Angélica Aquino de Carvalho. *Capacitação de pessoas com deficiência intelectual para o trabalho: estudo de caso de um curso de Educação Profissional*. 2012. 117 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2012.

MENEZES, Adriana Saldanha de. *Inclusão escolar de alunos com autismo: quem ensina e quem aprende?* 2012. 160f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação da UERJ, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido. Pesquisa-ação crítico colaborativa: Construindo seu significado a partir de experiências na formação e atuação docente. In: PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. *Pesquisa em educação: Alternativas com objetos complexos*. São Paulo: Edições Loyola, 2006. p.25-64.

PLETSCHE, Marcia Denise. *Repensando a inclusão escolar de pessoas com deficiência mental: diretrizes políticas, currículo e práticas pedagógicas*. 2009. 254 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2009.

PLETSCHE, Marcia Denise. Educação Especial e inclusão escolar: uma radiografia do atendimento educacional especializado na Baixada Fluminense. *Revista de Ciências Humanas e Sociais da UFRRJ*. Seropédica, v.34, n. 12, p. 31-48, 2012.



PLETSCH, Marcia Denise. *Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual*. Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2014.

REDIG, Annie. Gomes. *Ressignificando a Educação Especial no contexto da Educação Inclusiva: a visão de professores especialistas*. 2010. 183f. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2010.

REDIG, Annie Gomes. *Aplicação e análise de um programa customizado para a inclusão de jovens com deficiência intelectual em atividades laborais*. 2014. 197 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação – ProPEd. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da Pesquisa-Ação*. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. *Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais*. Brasília: CORDE, 1994.

VIGOTSKI, Lev Semenovitc. *Fundamentos de Defectologia*. Madri:Visor, 1994.